

Presidente

Secretário

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,  
REALIZADA NO DIA 17 DE MAIO DE 2011, NA SALA DE REUNIÕES DO  
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

**PRESENCAS**

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores vereadores António Pinto Carreira, Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho, e Margarida José César Osório Silva Duarte.

**AUSÊNCIAS**

**SECRETARIOU**

Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Joaquim dos Santos Mateus.

**ABERTURA (COD 02)**

O senhor presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às 9 horas e 35 minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores vereadores.

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

**ASSUNTO (EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (COD 20)**

A Vereadora da Juventude e Desporto fez o balanço da **1ª Montra da Cereja da Penajóia**, realizada em 14 e 15 de Maio, onde a Confraria

Presidente

Secretário

Gastronómica de Lamego, juntamente com a Câmara Municipal de Lamego permitiram reforçar a projecção nacional deste produto. Este evento proporcionou aos visitantes verdadeiros momentos de prazer e degustação, em que os números elevados de venda, revelaram o sucesso comercial e o potencial de atracção que este certame conseguiu conquistar ao longo do fim-de-semana primaveril – numa época caracterizada por uma grave crise económica e financeira, este êxito de vendas constituiu uma ajuda preciosa na frágil economia destes agricultores. Por outro lado, a actuação do Rancho Folclórico da Penajóia e de um grupo de tocadores de concertinas garantiu a parte festiva da montra.

Referiu ainda que, no dia 9 de Maio de 2011, o Centro de Informação Europe Direct (CIED) organizou o ***Dia da Europa*** com um cortejo das escolas da cidade que percorreram as principais ruas e avenidas, em que os alunos divulgaram algumas mensagens alusivas ao Ano Europeu do Voluntariado, ao Ano Internacional da Juventude e aos 25 anos da integração de Portugal na União Europeia. O longo e animado desfile terminou nos Paços do Concelho com a realização de uma cerimónia simples, mas carregada de simbolismo sobre os 10 Sucessos de Portugal na EU, terminando com os hinos de Portugal e da Alegria.

**ASSUNTO: FINANÇAS (COD 27)**

O senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento ao executivo do conteúdo do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses do ano de 2009, realçando a boa posição do Município de Lamego, na análise que é feita às contas das autarquias locais.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

**ASSUNTO: LISTAGEM DAS OBRAS PARTICULARES – PROJECTOS DE ARQUITECTURA INDEFERIDOS (COD 42)**

O senhor Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo dos projectos de arquitectura indeferidos de obras particulares, no mês de Maio de 2011.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

Presidente

Secretário

**ASSUTO: ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (COD 43)**

O senhor Presidente da Câmara, tendo em conta a necessidade de reforço de certas classificações, deu conhecimento ao executivo da 5ª alteração ao Orçamento da Despesa, no montante de 398.020,00€, reforçando-se as despesas relativas aos protocolos com as associações culturais, desportivas e outras, com o Centro Europe Direct, com a conservação e manutenção dos espaços verdes, e com restituições e com encargos de cobrança de receita, destinados à entrada de impostos, com o Centro Escolar de Lamego e de Penude, a corresponde a 5.ª alteração ao Plano de Actividades anulado em 387.027,00€ e reforçado em 128.800,00€ e a 5.ª alteração ao Plano de Investimentos anulado em 299.000,00€, e reforçado em igual montante.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

**ASSUNTO: PROTECÇÃO CIVIL (COD 52)**

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, deu conhecimento à Exma. Câmara Municipal de um ficheiro com os dados da sinistralidade rodoviária registada no Concelho Lamego durante o ano de 2010, emanado da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR).

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

**RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA (COD 55-A)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 16 de Maio de 2011.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

**ORDEM DO DIA****01-ASSUNTO: ACTA DA REUNIÃO DE 03.05.2011 (COD 03)**

Presente à reunião para deliberação a acta da reunião de Câmara do dia 03 de Maio de 2011, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

Presidente

Secretário

**02-ASSUNTO: DENÚNCIA DE CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS (COD 01)**

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 222/01/10 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face à informação n.º 326/DMSU, de 19 de Julho de 2010, sejam denunciados os seguintes contratos de água, nos termos do n.º 7 do artigo 56º, do RDADAR:

Inst.	Nome
1764	Cândida Rosário
2045	Deolinda Silva Loureiro
7024	Apolino da Fonseca Pereira
7079	Fernando da Silva Xavier
8137	Aquilino Pinto Monteiro
10593	José Carlos Marques Coelho
12086	Clementina da Silva Coelho
12686	António Duarte dos Anjos Peixoto
20199	Manuel Ramos dos Santos
22402	António Joaquim Teixeira D. Mendes
24650	Restaurante Cova do Barro, Lda
27025	Vitor Manuel Antunes Moreira
27372	José Maria Soares Cardoso

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**03-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 202/2010 (COD 17)**

**ARGUIDO: FRANCISCO RIBEIRO DA FONSECA**

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 223/17/11 do senhor vereador do Pelouro do Urbanismo, no uso da competência subdelegada, por força das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 65.º e alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º, da Lei 169/99, de 18.09, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11.01, através do despacho, datado de 17.11.2009, proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, segundo a qual propõe que a Câmara determine a remessa dos presentes autos ao Exmo. Sr. Procurador Adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Lamego, para que se digne promover a respectiva execução, tal como determina os n.ºs 2 e 3 do artigo 89.º, do Regime Geral das Contra-Ordenações e Coimas.

Presidente

Secretário

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**04-ASSUNTO:** PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 143/2009 (**COD 17**)

**ARGUIDO:** CONDOMINIO DO PRÉDIO URBANO SITO NA QUINTA DE SÃO JOÃO., LOTE N.º 5 – BLOCO A/B NA FREGUESIA DE ALMACAVE, NO MUNICIPIO DE LAMEGO

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 224/17/11 do senhor vereador do Pelouro do Urbanismo, no uso da competência subdelegada, por força das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 65.º e alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º, da Lei 169/99, de 18.09, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11.01, através do despacho, datado de 17.11.2009, proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, segundo a qual propõe que a Câmara determine a remessa dos presentes autos ao Exmo. Sr. Procurador Adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Lamego, para que se digne promover a respectiva execução, tal como determina os n.ºs 2 e 3 do artigo 89.º, do Regime Geral das Contra-Ordenações e Coimas.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**05-ASSUNTO:** ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 2011 – RECURSO INTERPOSTO PELO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE FERREIROS DE AVÕES (**COD 22**)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento à Exm.ª Câmara Municipal, do teor da decisão da senhora Governadora Civil do Distrito de Viseu, ao recurso interposto pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, Concelho de Lamego, relativamente à fixação dos desdobramentos da assembleia de voto na secção de voto daquela freguesia, a funcionar na sede da Junta de Freguesia, negando, assim, o provimento ao recurso interposto pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, uma vez que o edifício sede apresenta sala condigna, no R/C, ou seja, ao nível térreo cujo acesso se faz exclusivamente através de rampa.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

**06-ASSUNTO:** ANULAÇÃO DE GUIA DE RECEITA (**COD 25**)

Presidente

Secretário

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 225/25/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal segundo a qual, face à informação n.º 13/PAT/MCA, propõe que sejam anuladas as guias de receita n.ºs 6263 e 7484, respeitantes à taxa de ocupação de um talho no Mercado Municipal, durante os meses de Agosto e Setembro, uma vez que, nessa altura, já não se verificava a referida ocupação, e disso mesmo deu conta aos serviços antecipadamente, mediante comunicação escrita datada de 2 de Julho do ano transacto.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**07-ASSUNTO:** ACEITAÇÃO DA HIPOTECA DOS LOTES 5 E 6, PARA ASSEGURAR A BOA E REGULAR EXECUÇÃO DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO, SITA NA QUINTA DE SANTO ANTÓNIO, E NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO (COD 39)

**REQUERENTE:** MANUEL DO CARMO CARVALHO

**LOCAL:** QUINTA DE SANTO ANTÓNIO - SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 231/39/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que vem acompanhada da informação n.º 1460, de 2011/04/05, na qual é proposta a aprovação das alterações aos projectos de especialidades referentes às obras de urbanização em título, cujo montante da caução, destinada a assegurar a boa e regular execução das obras, é de 98.556,99€.

O Promotor, por requerimento que deu entrada em 2011/05/02, veio solicitar que a Câmara Municipal aceite como prestação da caução para a boa execução das obras de urbanização do loteamento supra identificado, a hipoteca dos lotes n.º 5 e 6, com a área de 231,50 m<sup>2</sup> e 398,00 m<sup>2</sup>, respectivamente, que correspondem à operação de loteamento, sita na Quinta de Sto António – 2ª Fase, a ser implantada no prédio rústico, com a área de 17949,75 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz sob o artigo n.º 200, secção C, da freguesia de Almacave.

Face ao exposto, propõe a aprovação das seguintes alterações à operação de loteamento, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 226/2010, de 30 de Março, com os condicionalismos referidos:

1) Aceitar a hipoteca dos lotes n.º 5 e 6, com a área de 231,50 m<sup>2</sup> e 398,00 m<sup>2</sup>, respectivamente, que correspondem à operação de loteamento, sita na Quinta

Presidente

Secretário

de Santo António – 2ª Fase, como garantia para assegurar a boa e regular execução das obras de urbanização;

2) Nomear a senhora Eng.ª Isabel Rodrigues e o senhor Dr. António Oliveira, ambos técnicos superiores como representantes da Câmara Municipal de Lamego, na comissão de avaliação, e o elemento representante do promotor o sócio-gerente Manuel do Carmo Carvalho.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a hipoteca dos lotes n.ºs 5 e 6 e concordar com a designação dos membros propostos para constituição da comissão de avaliação dos lotes, devendo, para o efeito, ser realizada a competente escritura de hipoteca.

**08-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE UM RECINTO PARA CONVÍVIO RELIGIOSO INTERESSE CONCELHIO (COD 42)

**REQUERENTE:** FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE CEPÕES / PADRE INOCÊNCIO SIMÕES

**LOCAL:** LUGAR DO FOJO - CEPÕES

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 234/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal segundo a qual, face ao teor da informação n.º 1152/DUDE, de 12 de Abril de 2011, e nos termos do n.º 5 do artigo 38.º, do Regulamento do PDM, propõe que seja deliberado o interesse concelhio da pretensão referida em epígrafe, a fim de ser permitida a sua construção, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 38.º do referido Regulamento.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**09-ASSUNTO:** CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES DE VISTORIA (COD 42)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 235/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, a qual refere que, em 27/03/2007, por deliberação do executivo municipal, foram constituídas as comissões para a realização de vistorias específicas.

A proposta vem acompanhada da informação n.º 1818 de 04/05/2011, do Chefe da DUDE, segundo a qual, devido à constante alteração da legislação e à necessidade de actualizar as comissões de vistoria, propõe à Exma. Câmara que delibere nomear para constituir estas comissões os seguintes elementos da DUDE:

- Marolina Maria Gouveia Oliveira

Presidente

Secretário

- Jorge Manuel da Conceição Pereira Caetano
- Isabel Maria Lázaro Rodrigues
- Flávio Daniel Amorim Meireles
- Raquel dos Santos Barros Guedes Marques
- Ana Sofia Oliveira Rebelo
- Andrea Sofia Portugal Gonçalves da Mota
- Henrique António de Abreu e Rodrigues

que integrarão as referidas vistorias em número de três, indicados caso a caso pelo chefe de divisão, atendendo ao tipo de vistoria, local, qualificação exigida e à gestão dos recursos da divisão.

Mais propõe que, para as vistorias a que se refere o n.º 2 do Artigo 87º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 (recepção provisória e definitiva das obras de urbanização), atendendo a que fazem parte das obras de urbanização os espaços verdes, as redes de distribuição de água e de recolha de águas residuais e pluviais, sejam indicados dois técnicos, um efectivo e outro suplente por parte da DAQV e DMSU.

**Deliberado:** Aprovada, por unanimidade, a constituição da comissão de vistoria constante na referida na proposta.

Mais foi deliberado, igualmente por unanimidade, indicar como representantes da DAQV o senhor Eng.º Luís Miguel Pires de Paiva Cardoso Pinto, como elemento efectivo e a senhora Eng.ª Ana Isabel de Almeida Ferreira Pinto, como elemento suplente e da DMSU o senhor Eng.º Jorge Manuel Barbosa da Eira, como elemento efectivo, a senhora Eng.ª Ana Paula de Paiva Ribeiro Seabra, como elemento suplente, e a Técnica Superior Vera Sónia Pinto da Silva, como representante do Turismo.

#### **10-ASSUNTO: LISTAGEM DAS OBRAS PARTICULARES – PROJECTOS DE ARQUITECTURA APROVADOS (COD 42)**

O senhor Vereador do Urbanismo deu conhecimento ao executivo dos projectos de arquitectura de obras particulares aprovados durante o mês de Abril de 2011.

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

#### **11- ASSUNTO: OBRAS PARTICULARES (COD 42)**



Presidente

Secretário

O senhor Vereador do Urbanismo deu conhecimento ao executivo do mapa resumo da actividade desenvolvida na Divisão de Urbanismo e Desenvolvimento, Económico Desenvolvido durante o mês de Abril de 2011:

**Deliberado:** O executivo tomou conhecimento.

**12-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA ARRECADAÇÃO AGRÍCOLA (COD 42)**

**REQUERENTE:** MARIA SANTOS MARTINHO RODRIGUES

**LOCAL:** LUGAR DO PERNAVAL – MAZES - LAZARIM

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 226/42/11 do senhor Vereador do Urbanismo segundo a qual, no âmbito do processo administrativo n.º 866/10, o respectivo coordenador de projecto entende que, sendo o Regulamento do PDM omissivo, no que se refere a afastamentos laterais mínimos a respeitar em Área de Ocupação Condicionada, por um princípio geral de Direito, deveria aplicar-se o regime mais favorável, ou seja, não havendo fenestrações e sendo a altura de meação não superior a 3 m, deveria ser possível o encosto das construções, nos termos do art. 12.º.

A interpretação que, actualmente, tem vindo a ser dada pela D.U.D.E., e corroborada pelo Gabinete Jurídico e Contencioso do Município, relativamente ao trecho do n.º 2 do art. 32.º, onde se lê que *“Todas as construções referidas nas alíneas anteriores (...) não podem contradizer o conteúdo do capítulo 2 deste Regulamento.”*, e no que concerne aos afastamentos mínimos a respeitar na referida Área, é a de que, sendo a permissão de construção nessa Área uma excepção e não a regra – pois só é possível quando verificadas as condicionantes consagradas nas alíneas a) a e) do n.º 1 e no n.º 2 do mesmo artigo – não deverá a mesma ser permitida sem que estejam garantidos os afastamentos mais restritivos das zonas de construção, e que são, no mínimo, de 6 m, quer para os posteriores – nos termos do n.º 1 do art. 10.º - quer para os laterais – nos termos do art. 31.º.

Assim sendo, propõe que a Exma. Câmara delibere relativamente a qual das posições adoptar:

- Na Área de Ocupação Condicionada é possível o encosto das construções, desde que cumprido o disposto no art. 12.º do Regulamento do PDM, ou seja, desde que não haja fenestrações e não sejam criadas alturas de meação superiores a 3m, **ou**

Presidente

Secretário

- Na Área de Ocupação Condicionada, apenas sendo possível a construção quando verificadas as condicionantes consagradas nas alíneas a) a e) do n.º 1 e no n.º 2 do art. 32.º do Regulamento do PDM, ou seja, sendo a permissão de construção uma exceção e não a regra, a mesma só é permitida se estiverem garantidos os afastamentos mais restritivos das zonas de construção, e que são, no mínimo, de 6 m, quer para os posteriores – nos termos do n.º 1 do art. 10.º - quer para os laterais – nos termos do art. 31.º.

**Deliberado:** Face às dúvidas levantadas, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, solicitar um parecer técnico externo a propósito deste assunto.

**13-ASSUNTO:** PROPOSTA DE PAGAMENTO DE CONDOMINIO EM ATRASO, RELATIVO A 4 FRACÇÕES DE QUE O MUNICIPIO É O LEGITIMO POSSUIDOR, SITAS NO BLOCO 15 DO BAIRRO DE ALVORAÇÕES

**REQUERENTE:** LOJA DO CONDOMINIO RIBAS & RIBAS, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 232/47/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 97/PAT/MCA, dando conhecimento que a Loja do Condomínio Ribas & Ribas, Lda, tem vindo a requerer o pagamento das quotas de condomínio, referente a quatro fracções de que o Município é legítimo possuidor, sitas no bloco 15 do Bairro de Alvorções. O 1.º D.to, 2.º D.to e 3.º D.to estão arrendados para habitação, enquanto o r/c é ocupado pela APITIL, onde funciona um infantário. O pagamento das quotas de condomínio tem vindo a ser protelado em parte devido à relutância deste Município em pagar a quota respeitante à APITIL (€10,29 mensais), que usufrui já das instalações a título gratuito.

No entanto, e como o valor se está a avolumar, e para evitar futuros constrangimentos, será conveniente ponderar o cabimento e requisição à Loja do Condomínio, do valor de € 1.425,54 (mil, quatrocentos e vinte e cinco euros e cinquenta e quatro cêntimos), que corresponderá ao pagamento em dívida, desde Fevereiro de 2010, mais as quotas até ao fim do corrente ano, conforme documentos apresentados pela requerente

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara que aprecie e delibere sobre o assunto referido.

**Deliberado:** Face ao exposto a Câmara deliberou, por unanimidade, proceder ao pagamento integral do valor referido na proposta.

Presidente

Secretário

**14-ASSUNTO:** PROPOSTA DE PAGAMENTO DE CONDOMÍNIO EM ATRASO, RELATIVO A 2 FRACÇÕES QUE O MUNICÍPIO É O LEGÍTIMO POSSUIDOR, SITAS NO BLOCO 17 DO BAIRRO DE ALVORAÇÕES (**COD 47**)

**REQUERENTE:** TOCDAIRE – SOCIEDADE DE CONTABILIDADE UNIP. LDA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 233/47/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara que, vem acompanhada da informação n.º 97/PAT/MCA, dando conhecimento que a Tocdaire – Sociedade de Contabilidade Unip, Lda., tem vindo a requerer o pagamento das quotas de condomínio, referentes a duas fracções de que o Município é legítimo possuidor, sitas no Bloco 17 do Bairro de Alvorães. O 2.º andar que está arrendado para habitação, enquanto que o r/c é ocupado pela APITIL, onde funciona um infantário. O pagamento das quotas de condomínio tem vindo a ser protelado em parte devido à relutância deste Município em pagar a quota respeitante à APITIL (€10,54 mensais), que usufrui já das instalações a título gratuito.

No entanto, e como o valor se está a avolumar, e para evitar futuros constrangimentos, será conveniente ponderar o cabimento e requisição à Loja do Condomínio, do valor de € 1.538,76 (mil, quatrocentos e vinte e cinco euros e cinquenta e quatro cêntimos), que corresponderá ao pagamento em dívida mais as mais as quotas até ao fim do corrente ano, conforme abaixo se discrimina.

2.º Esquerdo – € 23,00 relativos a uma caixa de correio, cuja despesa foi aprovada pelo Município + € 88,90 em dívida ainda da anterior administração + € 201,75 relativo ao meses de Julho de 2010 a Junho de 2011 + € 100,86 para o segundo semestre do ano, num total de € 414,51.

R/C - € 158,21 em atraso do ano anterior + € 126,50 relativos à anuidade compreendida entre Julho do ano transacto e Junho deste ano + € 63,24 referente ao 2º semestre do corrente ano, no valor total de € 347,95.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara que aprecie e delibere sobre o assunto referido.

**Deliberado:** A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder ao pagamento integral dos valores em dívida, acima referidos.

Presidente

Secretário

**15-ASSUNTO: CONTRATO DE PERMUTA DE FRACÇÕES COMERCIAIS COM A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA (COD 47)**

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 227/47/11 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada das informações n.º 219 /DFP AO de 2010/10/06 e informação n.º 130 DFP/AO de 2011/04/05, relativas à pretensão do Município de Lamego em formalizar, com a Cruz Vermelha Portuguesa, a permuta das seguintes fracções comerciais, ambas sitas no bairro de Alvorações:

Fracção propriedade da Cruz Vermelha

Loja comercial com a forma rectangular composta por dois sanitários, um corredor e uma sala, com a área matricial de 91,50 m<sup>2</sup>, bloco 6, inscrita na matriz predial urbana de Lamego (Almacave) sob o n.º 2310, fracção H, e encontra-se inscrito na Conservatória do Registo Predial de Lamego sob o n.º 00841, cujo valor da avaliação foi de **53 460,00 € (584,26€/ m<sup>2</sup>)**;

Fracção propriedade do Município de Lamego

Loja comercial com a forma de U composta por dois sanitários, um corredor e três salas, com a área matricial de 170,00 m<sup>2</sup>, bloco 15, inscrita na matriz predial urbana de Lamego (Almacave) sob o n.º 2319, fracção G, e encontra-se inscrito na Conservatória do Registo Predial de Lamego sob o n.º 00850. Actualmente nestas instalações funciona o jardim infantil n.º 1, de Almacave, cujo valor da avaliação foi de **99.324,20 € (584,26€/ m<sup>2</sup>)**;

No dia 2011/03/22, teve lugar uma reunião com os representantes da Cruz Vermelha, Dr. Manuel Marrafa, Eng.º Luís Névoa e o Presidente da delegação de Lamego, o TCOR José Silva, para definir as condições de permuta.

Nessa reunião ficou decidido de comum acordo das partes, que a permuta das fracções seria efectuada, devendo a Cruz Vermelha Portuguesa pagar um valor adicional de **20.000,00 €**.

Assim, propõe aprovar a formalização do contrato de comodato, das duas fracções, devendo a Cruz Vermelha Portuguesa pagar o valor de 20.000,00 €, sendo o remanescente compensado com a prestação de serviço de voluntariado na área social, e prestação de cuidados de Saúde, uma vez que disponham de 4 enfermeiros voluntários, em condições a definir por protocolo.

**Deliberado:** A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a proposta nos termos referidos na proposta, devendo a Cruz Vermelha Portuguesa pagar o valor de

Presidente

Secretário

20.000,00 €, sendo o remanescente compensado com a prestação de serviço de voluntariado na área social, e prestação de cuidados de Saúde, uma vez que disponham de 4 enfermeiros voluntários, em condições a definir por protocolo, nos termos e condições propostos.

**16-ASSUNTO:** MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICIPIO DE LAMEGO E A JUNTA DE FREGUESIA DE LAZARIM **(COD 52-A)**

Presente à reunião proposta de deliberação nº. 228/52-A/11 do senhor Presidente da Câmara para que, seja aprovada a minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Lamego a Junta de Freguesia de Lazarim, no valor de 6.000,00 €

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

**17-ASSUNTO:** RESCISÃO UNILATERAL DE PROTOCOLOS **(COD 08)**

Presente à reunião a proposta de deliberação nº. 236/52-A/11 do senhor Presidente da Câmara com vista à rescisão unilateral dos protocolos assinados entre o Município de Lamego e as entidades envolvidas, que a seguir se descrevem, pelos motivos plasmados na respectiva proposta de deliberação.

Protocolo	Data	Valor
a) Associação Juvenil de Britiande	22-05-2007	2.000,00
b) Associação Recreativa de Moradores de britiande	23-05-2007	250,00
c) CNE - Agrupamento 1182 - Figueira	18-05-2007	500,00
d) Grupo Regional de Danças e Cantares de Magueija	18-05-2007	2.000,00
e) grupo de Cantares Populares - sem Eira nem Beira	18-05-2007	1.000,00
f) CNE - Agrupamento 551 (Cepões)	03-03-2008	500,00
g) Associação de Bombos de S. Pedro - Penude	03-04-2008	500,00
h) Cine Clube de Lamego	09-07-2009	500,00
i) Associação Desportiva e Recreativa de Ferreirim	22-07-2009	1.000,00
j) Associação dos Municípios do Vale Douro Sul	11-02-2009	5.136,00
k) Arquivo de Imagem	09-07-2009	1.000,00
l) CNE - Agrupamento 781 ( Avões)	11-05-2009	500,00
m) Associação Cultural e Desportiva de Ferreiros de Avões	09-07-2008	500,00
n) Tuna de Arneirós	14-06-2007	250,00
o) Associação dos escanções de Portugal	08-06-2009	120,00
p) Adesão da Câmara municipal à Confraria da Castanha	23-10-2007	

Presidente

Secretário

Proposta de Deliberação o) – Tendo em conta a Proposta de Deliberação n.º 262/08/09, a adesão à associação dos Escanções de Portugal, e uma vez que não se teve a confirmação de publicação relativo à defesa e promoção do vinho, deve o Município renunciar à condição de associado por petição própria, denunciando o protocolo.

Proposta de Deliberação p) – Tendo em conta a Proposta de Deliberação n.º 536/04/07, a adesão à Confraria da Castanha, através do pagamento de uma quota, deve o Município renunciar à condição de associado por petição própria, denunciando o protocolo.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, rescindir os protocolos referidos, com a exceção da Associação de Escanções de Portugal e a Confraria da Castanha, por envolverem compromissos com Municípios.

**18-ASSUNTO:** NOTIFICAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS DE RECURSOS HÍDRICOS (COD 59)

**REQUERENTE:** ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO NORTE I.P.

Presente à reunião proposta de deliberação nº. 229/59/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada do ofício 001/ARH-N-REF/21011, datado de 2011.02.18, emanado da Administração da Região Ideográfica do Norte, em que notifica a Câmara Municipal de Lamego, para proceder ao pagamento da Taxa de Recursos Hídricos no valor de 13.907,13€.

A proposta lembra que, na sequência da deliberação da reunião da Câmara Municipal, realizada no dia 04 de Maio de 2010, foi deliberado, por unanimidade, não pagar a taxa de recursos hídricos, nos termos propostos, contestando o reconhecimento de tais dívidas, junto da ARH.

Assim, face ao exposto, propõe à Ex.ma Câmara a reapreciação deste processo.

**Deliberado:** A Câmara deliberou, por unanimidade, manter a decisão tomada, de não proceder ao pagamento da Taxa de Recursos Hídricos, com os mesmos fundamentos.

**19-ASSUNTO:** COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA FREGUESIA DE LAZARIM (COD 62)

Presidente

Secretário

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 230/62/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 354/DMSU, de 05 de Maio de 2011, seja colocada sinalização de trânsito na freguesia de Lazarim, descrita na referida proposta.

A sinalização referida está regulamentada pelo (Dec. Regulamentar 22-A/98 de 01.10 e alterado pelo Dec. Regulamentar nº 41/2002 de 20.08).

**Deliberado:** Aprovado, por unanimidade, colocar a sinalização de trânsito proposta na informação 354/DMSU.

#### **20-ASSUNTO: PEDIDO DE PATROCÍNIO (COD 08)**

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 109/20/11 do senhor Presidente da Câmara, para que seja atribuído um patrocínio pelo executivo, à Casa do Distrito de Viseu no Rio de Janeiro, a qual solicitou, através do e-mail datado de 14 de Maio de 2011, um patrocínio da autarquia de Lamego de apoio aos trabalhos desenvolvidos e a desenvolver pela referida Associação nas áreas cultural, social e educativa, ficando, desde já, acordado o compromisso da Casa do Distrito de Viseu no Rio de Janeiro em prestar contas do destino dado ao subsídio que porventura venha a ser concedido.

Face ao exposto, proponho à Exma. Câmara Municipal a análise e deliberação sobre o assunto.

**Deliberado:** A Câmara deliberou, por unanimidade, que este assunto volte à reunião, depois de uma avaliação do senhor Presidente da Câmara junto de outros Municípios que mantenham relações com a Casa de Viseu no Rio de Janeiro

#### **21-ASSUNTO: ILUMINAÇÃO DA REDE NACIONAL DE ESTRADAS (COD 08)**

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 238/08/11 do senhor Presidente da Câmara, segundo a qual e face ao conteúdo da circular n.º CIR:83/2011-J-Caeiro, emanada da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datada de 11 de Maio de 2011, sobre a Iluminação de Rede Nacional de Estradas, propõe que o Município de Lamego comunique à EP, S.A e à EDP que a partir deste momento vai deixar de assumir os custos inerentes à iluminação e à sinalização das estradas

**Deliberado:** A Câmara, deliberou, por unanimidade, remeter este assunto à DMSU, para fazer uma análise do impacto dos custos envolvidos em todo o Município de Lamego.

Presidente

Secretário

**APÓS A ORDEM DO DIA**

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

**22-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DAS TAXAS DE RAMAL DE ÁGUA E SANEAMENTO (COD 01)****REQUERENTE: ANTÓNIO MANUEL LOURENÇO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 239/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 360/DMSU, de 09 de Maio de 2011, seja autorizado o pagamento em oito prestações mensais, iguais e sucessivas dos valores de execução do ramal de fornecimento de água e de drenagem de águas residuais, da instalação predial sita no Lugar de São Geão, freguesia da Penajóia.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro.

**23-ASSUNTO: PEDIDO DE DESTAQUE DE UMA PARCELA (COD 39)****REQUERENTE: ADEGA COOPERTAIVA DE LAMGO CRL****LOCAL: LUGAR DE SÃO JOÃO - ALMACAVE**

Presente proposta de deliberação n.º 240/39/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, face ao teor da informação n.º 1758, de 02 de Maio de 2011, seja deliberado o deferimento do destaque referenciado em epígrafe e a emissão da respectiva certidão nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro.

**24-ASSUNTO: QUEIXA DE UMA HABITAÇÃO EM RUINA (COD 42)****REQUERENTE: ELVIRA ROSA SANTOS RODRIGUES****PROPRIETÁRIA: MARIA CELESTE REBELO**



Presidente

Secretário

**LOCAL:** RUA DOS MOREIRAIS, 21 ALMACAVE

Presente a proposta de deliberação n.º 241/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, face ao auto de vistoria n.º 40, de 06 de Abril de 2011, e para os efeitos previstos no artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, seja homologado o auto de vistoria, referenciado em epígrafe e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo V – Conclusão, do referido auto de vistoria.

**Deliberado:** Aprovada por unanimidade.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro

**25-ASSUNTO:** AUTORIZAÇÃO PARA SUBMISSÃO AO PROGRAMA DE APOIO AO QREN PELO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTOS À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE CANDIDATURAS FINANCIADAS (**COD 27**)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 242/27/11 do senhor Presidente da Câmara a qual refere que no sentido de contribuir para minorar os efeitos negativos da conjuntura (em particular as dificuldades de acesso ao crédito), na implementação do QREN, o Governo celebrou um contrato de Empréstimo – Quadro com o Banco Europeu de Investimento, para o financiamento da contrapartida pública nacional das operações aprovadas a co-financiamento pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão. O contrato no valor de 450 milhões de euros, constitui a primeira tranche de um empréstimo cujo valor global ascende aos 1.500 milhões de euros.

Sendo as Autarquias potenciais beneficiários deste empréstimo, o Município de Lamego não pode perder a oportunidade de se candidatar a este empréstimo – quadro, assinado entre o BEI (Banco Europeu de Investimento) e o Governo da República Portuguesa, pois é fundamental para o concelho continuar a aproveitar os investimentos para obras de referência e aprovados no âmbito do QREN.

As operações aprovadas, serão sujeitas à elaboração de minuta de contrato por parte do IFDR, sendo que a minuta será colocada à aprovação da Ex.ma Câmara e posteriormente à Ex.ma Assembleia Municipal, seguindo os trâmites normais de um empréstimo, uma vez que:

Presidente

Secretário

- a) Se mantém a possibilidade de serem excepcionados, pelo Ministério das Finanças, os empréstimos destinados a assegurar a contrapartida municipal de investimentos co-financiados pelo QREN;
- b) Estas novas medidas associadas às condições especiais já existentes, nos termos do n.º 6 do artigo 39.º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro), refere que “Podem excepcionar-se do disposto no n.º 2 os empréstimos e as amortizações destinados exclusivamente ao financiamento de projectos com participação de fundos comunitários...”
- c) Serão os mesmos submetidos à fiscalização prévia do tribunal de contas, caso venham a ter autorização de excepcionalidade por parte do Ministro das Finanças.

Assim, de modo a poder beneficiar das condições (expressas no segundo memorando de entendimento entre o Governo da República Portuguesa e a Associação Nacional de Municípios Portugueses e no Despacho n.º 6572/2011, de 26/04/2011), especialmente vantajosas, disponibilizadas pelo Governo, podendo permitir ao Município de Lamego, realizar os projectos aprovados e/ou previstos no âmbito do QREN e que constam das operações do quadro anexo, sendo as mesmas de elevado interesse estratégico para o futuro de Lamego, como são o caso da Regeneração Urbana e da sua Valorização Territorial, garantindo desta forma as infra-estruturas necessárias para o desenvolvimento económico e social, com a atracção de investimento, de modo a permitir a criação de riqueza e de novos postos de trabalho;

Face ao exposto, Informo a Ex.ma Câmara deste programa de apoio e proponho à Ex.ma Câmara Municipal a autorização para a contracção de empréstimos no âmbito desta modalidade de financiamento de até € 6.877.000,00 de modo a que seja possível apresentar o pedido de financiamento, operação a operação, junto do IFDR (conforme quadro anexo e que fará parte integrante da presente), estando sujeito e possibilitando a aprovação por parte desta entidade, as operações que achem por conveniente, de modo a que o Município de Lamego continue a aproveitar os financiamentos e investimentos disponíveis para obras de referência e aprovados no âmbito do QREN.

Presidente

Secretário

**Deliberado:** A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, concordar com a proposta, autorizando o executivo a contrair financiamento até € 6.877.000,00 (seis milhões, oitocentos e setenta e sete mil euros), nesta modalidade de empréstimo. Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro.

**26-ASSUNTO: ERROS E OMISSÕES – CENTRO ESCOLAR DE LAMEGO (COD 41)**

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 243/42/11 do senhor Presidente da Câmara, relativa a erros e omissões da obra de construção do Centro Escolar de Lamego, segundo a qual, nos termos do art.º 29, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o art.º 36, do n.º 1 propõe à Exma. Câmara que:

Considerando que a execução do Centro escolar de Lamego, foi efectuada ao abrigo do decreto-lei n.º 34/2009, de 6 de Fevereiro, que facilitou a execução das obras referentes aos Centros Escolares por ajustes directos, para que mais rapidamente estes fossem executados;

Considerando que na fase concursal foram apresentadas duas listas de erros e omissões, e por opção do Município, foram rejeitadas;

Considerando que a Lei prevê que todas as obras efectuadas sejam rigorosamente medidas e transformadas em autos:

Considerando as informações n.ºs 371/DOM, de 08.11.2010, 395/DOM, de 24.11.2010, 412/DOM, de 09.12.2010, 55/DOM, de 01.03.2011 e 119/DOM, de 12.05.2011,

Assim, propõe que sejam aceites e aprovados os erros e omissões indicados nos Quadros I e II da informação n.º 55/DOM, de 01.03.2011, uma vez que, a fiscalização considerou que não era tecnicamente possível concluir a obra sem que esses trabalhos fossem executados.

Mais propõe que se proceda ao seu cabimento e posterior contrato adicional, caso se entenda necessário.

**Deliberado:** A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter este processo aos serviços jurídicos, para emissão de parecer que releve os novos elementos contidos na informação n.º 55/DOM, de 01/03/2011.

Presidente

Secretário

**27-ASSUNTO:** CEDENCIA GRATUITA DE UMA PARCELA DE TERRENO COM 90.00M2, AO DOMINIO PÚBLICO, PARA ALARGAMENTO DE CAMINHO PÚBLICO EM MEDELO (**COD 47**)

**REQUERENTE:** MANUEL ANTÓNIO JERÓNIMO DOS SANTOS

Presente a proposta de deliberação n.º 244/47/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação 187/DFPAO, na qual informa da proposta de cedência de uma parcela de terreno com 90m2, que será desanexada ao prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 112, secção A, descrito na C.P. sob o n.º 02278/20080411, da freguesia de Almacave, em nome Manuel António Jerónimo dos Santos para alargamento do caminho público, em Medelo.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara a aceitação desta cedência nos termos da alínea h) do n.º 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

**Deliberado:** O executivo deliberou, por unanimidade retirar este assunto da ordem de trabalhos.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro

**28-ASSUNTO:** PEDIDO DE COMPROVATIVO DO RECONHECIMENTO INTERESSE PARA AS POPULAÇÕES OU PARA A ECONOMIA (**COD 08**)

**REQUERENTE:** EDIÇÕES IMAGINARIUM, COMUNICAÇÃO COM INOVAÇÃO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 245/08/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal que vem acompanhada de um pedido da “*Edições Imaginarium, comunicação com inovação*” referindo que é a entidade promotora de um pedido de apoio à acção 3.2.1 do PRODER, Beira Douro.

No âmbito dessa candidatura esta entidade recebeu recentemente um pedido de esclarecimento complementar em que lhes era solicitado a entrega de um “*Comprovativo do reconhecido interesse para as Populações ou para a Economia local*”, com carácter de urgência.

Para que a Câmara Municipal de Lamego possa ajuizar sobre o projecto, o pedido vem acompanhado de um resumo da memória descritiva do mesmo, dando especial relevo ao impacto que o projecto tem nas populações e sua cultura.

Presidente

Secretário

Assim, propõe à Exm<sup>a</sup>. Câmara Municipal de Lamego a análise e ponderação deste assunto, com vista a uma eventual tomada de posição.

**Deliberado:** Considerando que esta Câmara Municipal já se encontra envolvida em vários projectos desta índole, a mesma deliberou, por unanimidade, não manifestar o interesse solicitado para o desenvolvimento deste projecto.

Ausente o senhor Presidente da Câmara e o senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro.

**29-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL (COD 42)**

**REQUERENTE:** PADRE AGOSTINHO RAMALHO – REPRESENTANTE DA IRMANDADE DA CONFRARIA DO SANTISSIMO

**LOCAL:** CIMO DA VILA – LALIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 246/42/11 do senhor Vereador do Urbanismo, relativa a um pedido de isenção das taxas de licenciamento de construção de um Centro Social e Paroquial, no valor de 2.646,56€, efectuado pelo requerente referenciado em epígrafe.

A referida proposta vem acompanhada de um parecer do Chefe da DUDE, datado de 16.05.2011, segundo o qual, de acordo com o referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do Regulamento Geral de Taxas e Licenças do Município de Lamego, a Câmara pode isentar ou reduzir o pagamento das taxas constantes da Tabela Geral propõe que o executivo delibere, nos termos do artigo 24.º do referido Regulamento, conceder a dispensa total ou parcial do valor da taxa a liquidar por concessão de autorização de utilização.

**Deliberado:** Aprovada, por unanimidade, isentar do pagamento as referidas taxas de licenciamento, em 50% do seu valor integral.

Ausente o senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro.

**30-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO A VIA PÚBLICA PARA ESPLANADA (COD 47)**

**REQUERENTE:** JOSE MIGUEL COSTA GUEDES

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 247/47/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara para que, face ao requerimento apresentado pelo senhor

Presidente

Secretário

José Miguel Costa Guedes, gerente da Firma “Gonçalinho Guedes e Rodrigues Lda.<sup>a</sup> seja apreciado o referido pedido.

**Deliberado:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, remeter este assunto ao GAET, com vista à emissão do competente parecer técnico.

**30-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)**

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

**Deliberado:** Aprovados, por unanimidade, em minuta, para efeitos de cumprimento imediato.

**31-ASSUNTO: TERMO (COD 60)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às 11 horas e 35 minutos, da qual foi lavrada esta acta que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Joaquim dos Santos Mateus.

O Presidente,

O Secretário,